

Prefeitos defendem a reforma tributária

18 JUL 1987

Amc P-26

Das Sucursais de Brasília e Rio

Os prefeitos das capitais brasileiras e de municípios com população acima de 500 mil habitantes reuniram-se ontem no Congresso constituinte para unificar sua defesa às questões tributárias que desejam ver aprovadas na nova Constituição. Eles foram convencidos pelo deputado José Serra (PMDB-SP), 45, de centro-esquerda (segundo levantamento da Folha publicado no caderno "Os Eleitos" no dia 19 de janeiro), de que a passagem do Imposto Sobre Serviços (ISS), que hoje cobra, para a esfera estadual vai significar um ganho de receita.

Serra explicou aos prefeitos que o novo Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), criado na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, inclui a arrecadação do ICM, do ISS, ISTR, telecomunicações,

energia elétrica, Imposto Único sobre Minerais (IUM) e o Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos (IULCLG). A somatória da arrecadação desses impostos será rateada entre os Estados (75%) e municípios (25%). Atualmente, os municípios arrecadam 5% de ISS e recebem 20% do ICM dos Estados.

Superada essa questão, os prefeitos decidiram lutar em três frentes distintas. A primeira, para que o governo federal envie ao Congresso constituinte, já em agosto, um projeto de lei revisando a lista de serviços tributados pelo ISS, incluindo bancos e construtoras, hoje isentos. A outra é tentar incluir nas disposições transitórias uma norma para que, durante o ano de 1988, o ISS possa ser cobrado com base na nova lista. A terceira frente visa criar novos critérios de repartição do fundo de Participação dos Municípios.

FOLHA DE SAO PAULO